

XVII COLÓQUIO DE HISTÓRIA  
VII COLÓQUIO DO PPGH  
UNICAP - 2023



## **MULHERES E ESPAÇO ESCOLAR: UMA ANÁLISE HISTÓRICA DAS RELAÇÕES FEMININAS EM ESCOLAS EM CABEDELO (PB).**

SILVA, Morgana Maria Cardoso de Souza  
Mestranda ProfHistória - Mestrado Profissional em Ensino de História.  
UFPB – Universidade Federal da Paraíba.  
profmorghistoria@gmail.com

**Resumo:** No Brasil, a difusão das ideias nacionalistas através da educação, vai impulsionar a inserção das mulheres nas salas de aula, primeiro como alunas, depois como profissionais, que vão ver no ensino escolar uma porta de acesso ao espaço público. Porém, a presença feminina nessas instituições vai representar também um mecanismo para referendar as ideias de domínio do sexo masculino sobre o feminino. Como professora, a preocupação em construir uma educação voltada para a equidade se torna cotidiana, e a motivação em trabalhar com gênero se faz presente desde a graduação em História, sendo ampliada na Especialização em Gênero e Diversidade na Escola. Agora, no Mestrado Profissional em Ensino de História, a proposta da minha dissertação é analisar as diversas personagens femininas que fazem parte do ambiente escolar, e qual o papel de cada uma delas na construção de discursos mais igualitários ou na reprodução de padrões patriarcais, comparando duas instituições (uma pública e uma privada), no município de Cabedelo, a partir de uma pesquisa quali-quantitativa.

**Palavras-chave:** Gênero. Mulher. Espaço escolar. Professoras. Alunas.

### **1. Apresentação do tema**

A presença da mulher no espaço escolar aconteceu recentemente no contexto histórico mundial e especialmente brasileiro. As meninas que antes se preparavam apenas para serem boas esposas e dedicadas mães, vão ver na educação uma porta de acesso ao espaço público. No entanto, ao mesmo tempo em que essa oportunidade de trabalho serviu para emancipar a mulher, vai servir como caminho para que os estereótipos recaídos sobre a mulher continuem a ser reforçados. E a escola será o ambiente propício para a reprodução desses modelos.

Como professora, a preocupação em construir uma educação voltada para a equidade se torna cotidiana, e a motivação em trabalhar com gênero se faz presente desde a graduação em História, sendo ampliada na Especialização em Gênero e Diversidade na Escola. A proposta da minha dissertação é analisar as diversas personagens femininas que fazem parte do ambiente escolar, e qual o papel de cada uma delas na construção de discursos mais igualitários e/ou na reprodução de padrões patriarcais, comparando duas instituições (uma pública e uma privada), no município de Cabedelo, a partir de uma pesquisa quali-quantitativa.

## **2. Justificativa**

Por muito tempo em nossa história tradicional, o papel da mulher foi tido como irrelevante para os desdobramentos da sociedade ocidental, visto que ela foi isolada das funções públicas, não só pelos mandos e desmandos do homem, mas também através da formação de uma autoconsciência, que fez com que as próprias mulheres se vissem com uma capacidade reduzida perante o sexo masculino. Aos poucos o “sexo frágil” foi enxergando que poderia lutar para ter acesso ao “mundo dos homens”, obviamente sem escapar de críticas até de outras mulheres que insistiram em se manter presas à situação patriarcal conservadora.

No Brasil, a difusão das ideias nacionalistas através da educação, vai impulsionar a inserção das mulheres nas salas de aula, primeiro como alunas, depois como profissionais, que aparecem como segundas mães: “É um trabalho para mulheres; é preciso ser mãe para as criancinhas” (BELOTTI, 1975, p. 123). Igualmente responsável pela formação de alunos e de alunas, preparados e preparadas para ocuparem as suas respectivas funções sociais, a presença feminina na educação vai representar a vitória da ocupação do espaço público, ao passo que serve para referendar as ideias de domínio do sexo masculino sobre o feminino, através da educação reproduzida pelas próprias mulheres: “[...] os mesmos argumentos desenvolvidos para defender relações mais justas, dependendo do contexto e do jogo político em que se inserem, podem ser ressignificados para legitimar processos de sujeição e exclusão.” (FLEURI, 2006, p. 499).

Essa relação dicotômica que vem sendo debatida, discutida, combatida e estimulada durante os últimos anos, se fortalece a partir da década de 1990, sob influência da nova história, com a introdução de novos temas a serem tratados com criticidade pelos alunos, sob orientação do professor (MATHIAS, 2011). Entre esses diversos temas, estão os conflitos de gênero, que chegam até nós, nos mais diversos espaços de socialização, entre os quais tomarei como foco a instituição escolar, destacando todas as relações construídas nesse ambiente.

Como profissional da educação, me deparo cotidianamente com diversas dificuldades, especialmente se tratando das instituições públicas, que vêm sendo prejudicadas pela ausência familiar e pela crescente transferência da responsabilidade sobre crianças e adolescentes, dos pais para a escola. Se antes as “tias” já deveriam ter uma boa formação doméstica para dar continuidade ao papel maternal na ausência da mãe, hoje essa responsabilidade sobre os profissionais da educação só aumenta. Nesse contexto, devemos refletir até que ponto a educação, dada aos alunos e às alunas, limita-se a reafirmar estereótipos, e de que forma podemos começar a trabalhar pela inserção da diversidade dentro do ambiente escolar. Afinal, como afirma Benjamin “ (o historiador) [...] deve muito mais apanhar tudo aquilo que [...] parece não ter nem importância nem sentido, algo com que a história oficial não sabe o que fazer” (GAGNEBIN, 2009, p. 54). A escola aparece como meio de socialização fundamental para o desenvolvimento do caráter de cada pessoa. É nesse ambiente que várias descobertas acontecem. Minha tese visa comparar diferentes períodos da nossa História e analisar minha vivência enquanto professora, tanto na escola pública quanto na instituição privada para refletir se as mesmas continuam comprometidas em referendar as visões sexistas do início da trajetória feminina na educação, ou se as diversas transformações do pensamento durante os últimos séculos conseguiram modificar suficientemente a postura das próprias professoras diante de alunas e alunos. Pretende-se ainda observar a influência que tais posturas causam na construção do olhar de meninos e meninas sobre a diversidade, e propor mecanismos para a difusão de um olhar mais inclusivo e democrático.

### **3. Objetivos**

### 3.1. Geral

- Avaliar a relação de inserção e exclusão social presente entre as figuras femininas que compõem o espaço escolar.

### 3.2. Específicos

- Analisar a postura pessoal e profissional de professoras e de alunas diante da temática gênero;
- Observar como as relações de gênero interferem historicamente na prática pedagógica de professoras e em sua relação com as alunas;
- Refletir sobre as problemáticas ainda criadas, assim como as conquistas alcançadas, a partir da inserção feminina no ambiente escolar, nas diversas funções ocupadas.

## 4. Discussão teórica

O objetivo desse trabalho é analisar a postura das mulheres e meninas que transitam pelo ambiente escolar, diante da temática gênero, buscando detectar inicialmente como os conflitos em torno desse tema vêm sendo encarados por cada um dos grupos, para identificar como eles interferem na construção social e na postura de todas essas mulheres, a partir das práticas pedagógicas e da inserção no mundo do trabalho (esfera pública). Para tanto, será realizada uma pesquisa em duas instituições escolares situadas na cidade de Cabedelo/PB, nas quais atuo como professora de História: a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio João XXIII e o Invictus Colégio e Curso.

A E.E.E.F.M. João XXIII funciona com turmas do Ensino Fundamental Anos Finais, Ensino Médio e EJA, nos turnos da manhã, da tarde e da noite, numa região periférica, circundada por inúmeras comunidades carentes. A maior parte dos alunos e das alunas é oriunda dessas comunidades. Por isso, os problemas como ausência de pai, mãe e/ou responsável na escola, envolvimento de discentes com drogas etc. são frequentes. A instituição foi fundada por uma família norte-americana, que construiu o espaço como um projeto social, para atender à comunidade, passando a funcionar como escola em 1970. Possui um gestor, uma coordenadora pedagógica (apenas para a EJA) e, em 2023, trabalha com 392 discentes matriculados. Nesta instituição atuo como professora de

História das turmas do 6º ano do Ensino Fundamental à 3ª série do Ensino Médio, nos turnos da manhã e da tarde.

Já o Invictus Colégio e Curso funciona com turmas do Ensino Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, divididas nos turnos da manhã e da tarde. Fica localizada numa região mais central da cidade, atendendo não só alunos e alunas de Cabedelo, mas também um público significativo de Lucena e Forte Velho, que utilizam a balsa para seu deslocamento. A instituição foi fundada no ano de 2020, e possui uma diretora, uma equipe pedagógica e, em 2023, trabalha com 386 discentes matriculados. Na referida instituição atuo também como professora de História nas turmas do 6º ano do Ensino Fundamental à 3ª série do Ensino Médio, nos turnos da manhã e da tarde.

A observação da escola estadual foi iniciada ainda na Especialização em Gênero e Diversidade na Escola, no ano de 2015, para meu artigo de conclusão. Já a inclusão da análise da escola privada aparece agora, na realização do pré-projeto, para ampliar a discussão a partir de uma comparação entre classes sociais diferentes. A temática está sendo definida aos poucos, mas a escolha por mesclar técnicas qualitativas e quantitativas existe para que uma possa dar embasamento à outra.

Em 2015, um questionário foi aplicado com quatro professoras do Ensino Fundamental Anos Iniciais e três professoras do Ensino Fundamental Anos Finais, e entrevistas foram realizadas com duas professoras, sendo uma de cada nível, para que quaisquer dúvidas remanescentes dos questionários fossem retiradas. Também foram realizadas entrevistas com quatro alunas, do sexto ao nono ano, sendo uma de cada série, buscando analisar como as estudantes se sentem enquanto meninas e quais influências as posturas das suas professoras exercem sobre elas. Inicialmente se pretendia realizar também uma entrevista com uma aluna de alguma das séries do Ensino Fundamental Anos Iniciais, mas nenhuma das alunas se colocou à disposição para isso.

Para gerar dados para esse trabalho, e iniciar a reflexão para o trabalho de conclusão, foi aplicado um novo questionário no corrente ano, baseado no anterior. Dessa vez duas professoras e duas alunas de cada instituição responderam ao questionário. As professoras da escola estadual e também da escola privada lecionam tanto ao Ensino Fundamental Anos Finais quanto ao Ensino Médio. Com relação às alunas que responderam ao

questionário, as da escola estadual são todas do Ensino Médio. Quanto as da escola privada, uma é do Ensino Fundamental Anos Finais e outra do Ensino Médio. Vale salientar que o questionário foi aplicado com alunas de turmas distintas, mas provavelmente, para execução da minha dissertação, haverá foco em apenas uma série nas duas instituições (provavelmente a terceira série do ensino médio).

O que me chama a atenção nessa breve pesquisa é que, mesmo passados oito anos entre a aplicação dos questionários, os resultados obtidos são bem semelhantes como demonstrados na tabela abaixo:

Tabela 1. Tabela comparativa com as pesquisas preliminares realizadas entre 2015 e 2023.

Questionamentos/anos	2015	2023
Professoras que trabalham a temática Gênero em suas aulas	42%	25%
Professoras que já participaram de alguma formação sobre a temática Gênero	30%	25%
Alunas que afirmam que a temática Gênero não faz parte do seu cotidiano escolar	100%	100%

Fonte: Autoria própria.

A questão de gênero ainda gera bastante debates, especialmente pela resistência de alguns setores em concordar com a inclusão do tema no ambiente escolar. Porém, independente da inclusão oficial ou não dessa temática, ela já se faz presente enquanto tema transversal dos Parâmetros Curriculares Nacionais desde 1998:

A construção do que é pertencer a um ou outro sexo se dá pelo tratamento diferenciado para meninos e meninas, inclusive nas expressões diretamente ligadas à sexualidade, e pelos padrões socialmente estabelecidos de feminino e masculino. Esses padrões são oriundos das representações sociais e culturais construídas a partir das diferenças biológicas dos sexos, e

transmitidas através da educação, o que atualmente recebe a denominação de “relações de gênero”. (MEC, 1998, p. 296).

O conceito de gênero “[...] foi criado para distinguir a dimensão biológica da dimensão social, baseando-se no raciocínio de que [...] a maneira de ser homem e de ser mulher é realizada pela cultura. ” (GDE, 2009, p. 39). É uma definição enraizada no movimento feminista onde “[...] não é negada a biologia, mas enfatizada [...] a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas. ” (LOURO, 1997, p. 22). Como afirma Simone de Beauvoir (1967):

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. (p. 9)

Os profissionais da educação precisam entender a importância desse e de outros temas transversais na construção cidadã de alunos e alunas e devem aplicar tais discussões em suas atividades, independente das formalidades ou não que elas alcancem. Afinal de contas, como afirma Seffner (2016, p. 54):

“A apresentação do mundo se dá a partir do que está definido nas políticas públicas que abordam a educação, preservando a liberdade criativa do professor [...]. Um adulto de referência deixa claro que sua ação opera dentro de diretrizes fixadas em políticas públicas, sejam elas de gênero [...], de sexualidade [...]. ”

Também vale salientar que a ausência de discussões acerca de temáticas como gênero pode ser explicada pela escassez de orientação apresentada pelos documentos que deveriam nortear os profissionais da educação.

Analisando a BNCC, na parte de Competências Gerais das Ciências Humanas para o Ensino Médio, vemos:

“[...] a ampliação e o aprofundamento das aprendizagens essenciais desenvolvidas no Ensino Fundamental [...] tem como base as ideias de justiça, solidariedade, autonomia, liberdade de pensamento e de escolha, ou seja, a compreensão e o reconhecimento das diferenças, o respeito aos direitos humanos e à interculturalidade, e o combate aos preconceitos de qualquer natureza. ” (p. 561).

Observa-se a presença de termos generalistas como “direitos humanos”, ou “combate aos preconceitos”, sem ênfase às especificidades dos diversos grupos.

No que tange a rede Estadual de Ensino, existem documentos norteadores que são lançados anualmente. Além de documentos específicos, para cada seguimento, existe um geral, chamado Diretrizes Operacionais das Escolas da Rede Estadual de Educação da Paraíba. Neste documento, palavras como gênero e sexualidade já aparecem de forma mais explícita:

"A educação em Direitos Humanos é toda a aprendizagem que desenvolve o conhecimento, as habilidades e os valores desses direitos, garantindo o direito ao acesso, à permanência e ao sucesso das pessoas, tendo como princípio reconhecer e respeitar as diversidades (de gênero, de orientação sexual, socioeconômica, religiosa, cultural, étnico-racial, territorial, físico-individual, geracional e de opção política)." (p. 33).

Porém, mesmo com um documento que parece mais inclusivo, as formações continuadas para professores são escassas e, o próprio PPP da Escola João XXIII não segue a tendência documentada pelo Estado:

"[...] A entidade repense as imperfeições sociais, políticas e econômicas, garantido a todos as condições necessárias de obter uma educação de qualidade; valorizar o ser humano multidimensional e os direitos coletivos, fortalecendo o comprometimento com a educação para a diversidade [...]" (p. 7).

Na verdade, no PPP da escola estadual em questão, percebe-se um discurso tradicionalista, pouco alinhado com as últimas mudanças legislativas da educação, e com as transformações que vemos acontecendo ao nosso redor. Fala-se em "educação para a diversidade", mas visando os direitos coletivos, que em outras partes do texto se ligam mais a valores como família, como ética, mas sem muito foco nas individualidades.

E quando partimos para a legislação a nível municipal, a situação fica ainda mais crítica. Primeiro que não há um documento norteador municipal. O município trabalha apenas com estatísticas e números a serem alcançados e batidos. Além disso, como a escola privada também a ser analisada na dissertação possui turmas da educação infantil, ela funciona submetida à rede municipal. Uma rede sem documentação. Vale salientar que, de acordo com a LDB, mesmo as escolas particulares precisam ter PPP. E o Invictus possui o seu. No entanto, se tratando de uma instituição privada, a elaboração desse documento se faz pela própria direção e coordenação, sem a participação de representantes do corpo docente, discente ou comunidade.



No caso do PPP do Invictus, encontra-se desatualizado, tendo sido feito em 2021, e apresenta apenas a questão do combate à discriminação quando refere-se ao Ensino Fundamental: “[...] posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou de outras características individuais e sociais” (p. 12).

As considerações supracitadas nos conduzem aos seguintes questionamentos: Quais estratégias devem ser utilizadas para sanar tais defasagens? Quais objetivos devem ser ressaltados na hora de trabalhar sobre gênero?

Para analisarmos melhor as mudanças (ou não) ocorridas no pensamento das professoras das instituições escolhidas como objeto de estudo, precisamos refletir sobre a chegada das mulheres no meio da educação formal e o discurso que foi construído diante dessa inserção.

Se recuarmos um pouco no tempo, veremos a presença da educação na vida das meninas apenas como meio de prepará-las para assumirem seu papel social de boas donas de casa, boas esposas, boas mães. Elas recebiam uma educação formal para aprender a ler, escrever, contar, coser e bordar, o que era feito em suas próprias casas. Recomendavam até que as mulheres só saíssem em três ocasiões: para se batizarem, para se casarem e para serem enterradas. Aprendiam também os princípios da religião para que pudessem se proteger dos “defeitos ordinários do seu sexo” (ARAÚJO *apud* DEL PRIORE, 1997, p. 122).

A entrada no mundo contemporâneo, e todas as suas transformações, marcado pela busca incessante do progresso reforçará o modelo da mulher enquanto “pilar de sustentação do lar” (DEL PRIORE, 1997, p. 447), a educadora das gerações do futuro. Mas, se antes a participação feminina limitava-se ao espaço privado, essa ligação com o social trouxe certo grau de liberdade, alcançada através de um aprofundamento intelectual que terá, dentre outros caminhos, o acesso à educação como meio de emancipação e acesso ao espaço público.

De acordo com Louro (1997), logo após a Proclamação da Independência, o Brasil sentia a necessidade de crescer e perder o caráter de país atrasado e primitivo. No entanto, grande parte da sua população era analfabeta. Aos poucos, então, foram sendo criadas as

primeiras escolas, separadamente para meninos, obviamente com maior número, ensinados por professores, e para meninas, ensinadas por professoras (DEL PRIORE, 1997, p. 444).

Contudo, com o tempo, começou a ocorrer a “feminização do magistério”, provocada pelo crescimento do número de alunas do magistério e o simultâneo decréscimo do número de alunos, causado no mundo todo, principalmente pela ampliação do mercado de trabalho gerada pela urbanização e a industrialização (DEL PRIORE, 1997, p. 449), e reforçado pela ideia de que as mulheres teriam uma inclinação natural para cuidar de crianças. Como declarado por uma professora: “É um trabalho para mulheres; é preciso ser uma mãe para as criancinhas” (BELOTTI, 1975, p. 123).

Por mais que a frase acima tenha sido retirada da obra de Belotti (1975) há quase cinco décadas, esse pensamento continua a ser reproduzido dentro do ambiente escolar. É essa trajetória histórica e suas consequências na prática escolar que geram as inquietações que me trazem a essa proposta de trabalho.

Há ainda a possibilidade, sugerida pelo professor Ângelo, de trabalhar com as demais figuras femininas que compõem o espaço escolar, destacando a diversidade de classes, lutas e problemáticas (diretora, secretárias, merendeiras...). Porém, como ainda não foi realizada uma pesquisa mais aprofundada com o meu orientador, não aprofundarei uma discussão nessa vertente.

A partir da bibliografia que está sendo construída e da contextualização realizada, somadas aos questionários e entrevistas, espero poder sinalizar sobre alguns traços que se modificaram no pensamento feminino sobre sua função social, e sobre o que permanece sendo referendado pela cultura ocidental até hoje, e chegar a um produto que colabore para reflexões e mudanças significativas nas estatísticas previamente levantadas.

Ainda sobre o produto, também existe uma dúvida sobre qual será aplicado. A primeira ideia é a elaboração de um jogo de cartas ou de tabuleiro, partindo da experiência que já tenho com jogos, como um hobby, e também pelo fato de se tratar de uma ferramenta que vem sendo bastante utilizada na educação, devido a seus diversos benefícios. “O termo gamificação designa a aplicação de elementos e mecanismos de jogos em atividades ou situações de não jogos”. (ZAFONI *apud* PAZ, 2018, P.7).

A segunda proposta seria a da elaboração de um espetáculo de dança que abordasse a temática gênero.

"Historicamente, a dança tem se manifestado como uma possibilidade de manifestar o corpóreo, o sensível, o estético; dimensões estas negligenciadas ou tidas como menos importantes no pensamento educacional do ocidente, marcado pela forte priorização do racional em detrimento da sensibilidade". (PORPINO, 2018, P. 15).

Essa ideia também se relaciona a uma prática pessoal, que já faz parte da minha vida há 20 anos, e que já deixou de ser um hobby, tornando-se quase profissional. Além da dança por si só, a própria temática gênero, especialmente entre as mulheres invisibilizadas, é corriqueiramente abordada nas apresentações do grupo de dança da qual faço parte.

O fato é que, independentemente do produto escolhido, o levantamento preliminar de dados deixa evidente que a intervenção para reflexão sobre gênero ainda se faz necessária. A instituição escolar se transformou e continua sendo um espaço majoritariamente feminino, mas que ainda prossegue propagando ideias que submetem ao gênero feminino: “[...] a escola é feminina, porque é, primordialmente, um lugar de atuação de mulheres [...]. [...] os discursos pedagógicos buscam demonstrar que as relações e as práticas escolares devem se aproximar das relações familiares [...].” (LOURO, 1997, p. 88). Mas como falar de relações familiares tradicionais se essas também vêm sofrendo mudanças? O tipo de educação que devemos reproduzir aos discentes precisa buscar “desenvolver uma postura crítica em relação aos processos de naturalização da diferença, embora reconheçamos que desigualdades sociais e políticas acabam sendo inscritas nos corpos [...]. Precisamos [...] ir além da promoção de uma atitude apenas tolerante para com a diferença [...].” (GDE, 2009, p. 14 – 15).

A escola é realmente um espaço de (re) produção de valores, como defendido desde sempre. O que deve ser motivo de atenção e preocupação de todos e todas envolvidos e envolvidas na educação é o tipo de valores e a forma como eles vem sendo repassados. E sem a formação adequada de nossos e nossas profissionais, o pensamento repassado será sempre o de promoção das diferenças, e não da equidade.

Os dados sugerem que as escolas têm negligenciado seu importante papel político de instrumento de modificação social, e não contam com o devido suporte legal. As

discussões sobre gênero devem permanecer inseridas e ser problematizadas no campo educacional, e é isso que me proponha a fazer na minha dissertação.

## 5. Referências

- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida**. Tradução: Sérgio Milliet. 2ª ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.
- BELOTTI, Elena Gianini. **Educar para a submissão**. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**, 2017. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category\\_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 12/07/2023.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 12/07/2023.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNS)**. Orientação Sexual. Ensino Fundamental, 1998. Disponível em [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/pcn/pcn\\_5a8\\_historia.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/pcn/pcn_5a8_historia.pdf). Acesso em 12/07/2023.
- DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla. **História das mulheres no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1997.
- FLEURI, Reinaldo Matias. **Políticas da diferença: para além dos estereótipos na prática educacional**. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/0D/es/v27n95/a09v2795.pdf>. Acesso em: 05/09/2015.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, escrever, esquecer**. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2009.
- GDE. **Livro de Conteúdo**. Versão 2009. – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.
- MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. **O Ensino de História no Brasil: contextualização e abordagem historiográfica**. Disponível em [https://sig-arq.ufpb.br/arquivos/202313919310a55132947b2af0059b956/7.\\_O\\_ensino\\_de\\_Histria\\_no\\_Brasil\\_-\\_contextualizao\\_e\\_abordagem\\_historiografica.pdf](https://sig-arq.ufpb.br/arquivos/202313919310a55132947b2af0059b956/7._O_ensino_de_Histria_no_Brasil_-_contextualizao_e_abordagem_historiografica.pdf). Acesso em 12/07/2023.
- PARAÍBA. **Diretrizes Operacionais das Escolas da Rede Estadual de Educação da Paraíba 2023**. Disponível em <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-educacao/consultas/DiretrizesOPEscolas.pdf>. Acesso em 12/07/2023.
- PARAÍBA. **Proposta Curricular do Estado da Paraíba - Educação Infantil e Ensino Fundamental, 2023**. Disponível em <https://pbeduca.see.pb.gov.br/p%C3%A1gina-inicial/propostas-curriculares-da-para%C3%ADba>. Acesso em 12/07/2023.

PARAÍBA. **Proposta Curricular do Estado da Paraíba** - Ensino Médio, 2023.

Disponível em <https://pbeduca.see.pb.gov.br/p%C3%A1gina-inicial/propostas-curriculares-da-para%C3%ADba>. Acesso em 12/07/2023.

PAZ, Maurício Fonseca. **História e Gamificação**: reflexões e aplicabilidade de lúdicos no Ensino de História. Orientadora: Profª Drª Martha Daisson Hameister. 2018. 90 folhas. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação ProfHistória da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

PORPINO, Karenine de Oliveira. **Dança é educação**: interfaces entre corporeidade e estética. 2ª ed. – Natal, RN: EDUFRN, 2018.

SEFFNER, Fernando. **Escola pública e professor como adulto de referência**: indispensáveis em qualquer projeto de nação. Educação Unisinos. Porto Alegre, RS, v. 20, p. 48-57, janeiro/abril 2016.